



Os Movimentos de Mulheres na Ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil)

Adriana das Graças de Paula
Mestre em História Social-USP
CIEJA-PERUS1
adrianagep@yahoo.com.br

Resumo

Esta comunicação aborda os grupos Mães da Praça de Maio e Movimento Feminino pela Anistia, organizados por mulheres durante as recentes ditaduras na Argentina e no Brasil. A partir de uma análise comparada, busca-se refletir sobre a construção de identidade, os processos de mobilização e os objetivos que orientaram a atuação para a defesa dos direitos humanos.

Palavras-chave: movimentos de mulheres; ditadura e direitos humanos.

Resumen

Esta comunicación se refiere a los grupos Madres de Plaza de Mayo y Movimiento Femenino por Amnistía, organizado por las mujeres durante las últimas dictaduras en Argentina y Brasil. A partir de un análisis comparado, se pretende reflexionar sobre la construcción de identidad, los procesos de movilización y los objetivos que han guiado las acciones para la defensa de los derechos humanos.

Palavras-llave: movimientos de mujeres; dictadura y derechos humanos.

Introdução

Mais recentemente os estudos sociológicos reconhecem os movimentos sociais como uma forma de luta política organizada que se afirmam por mobilizar um grupo ou uma coletividade, construindo discursos e identidade e intervindo para que haja uma mudança social. Dentre os movimentos sociais organizados no século XX, destacam-se os movimentos de mulheres.

Apoiando-se na definição da historiadora Sheila Rowbotham (1973), movimentos de mulheres são os movimentos constituídos por mulheres que atuaram conjuntamente para alcançar objetivos comuns, sejam esses feministas ou não (ROWBOTHAM apud MOLYNEUX, 2003, p.226). Por meio desses movimentos, as mulheres abriram espaços para a sua atuação nas esferas pública e política,



independentemente desses movimentos terem como demandas assuntos estreitamente vinculados às questões de gênero ou serem dirigidos e associados a outros grupos sociais e políticos.

Analisando os movimentos de mulheres na América Latina no século XX, Lola G. Luna (2008) reconhece a formação de quatro ciclos, abrangendo desde a década de 1920, em que a pauta das demandas era os direitos políticos e trabalhistas, a fins dos anos 1990 e início do século XXI, em que se reivindicam por direitos e por conscientização de diferenças étnico-raciais e desigualdades entre as mulheres e o feminino, passando pelo período dos regimes autoritários entre as décadas de 1960 e 1990.

Foi nesse período, durante o regime militar no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983), que foram criados o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio, grupos formados por mulheres que lutaram contra as violações de direitos humanos praticados pelos órgãos de repressão. Ambos os movimentos, embora tenham surgido de um contexto de cerceamento de liberdade e de autoritarismo, elaboraram uma identidade que orientou a atuação para a defesa dos direitos humanos e para a luta contra a ditadura.

Nesse sentido, a partir de um estudo comparado, este trabalho busca analisar a construção dessa identidade por meio da composição dos grupos, dos processos de mobilização e dos objetivos desses dois movimentos de mulheres considerando que essa identidade foi construída na relação com os regimes autoritários que apresentavam paralelismos e distinções quanto aos métodos repressivos, ao grau de institucionalização e às violações aos direitos humanos.

A questão da identidade

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) foi criado em março de 1975 em São Paulo pela advogada Therezinha Zerbine. Através do *Manifesto da Mulher Brasileira*, defendia-se a anistia “ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção”¹. As atividades do movimento eram tidas, pela líder, como um compromisso da mulher com a paz², “forma pela qual a mulher assumiria as suas responsabilidades de cidadã, participando da vida política nacional”. (ZERBINE, 1979, p. 27).

A função principal do MFPA era esclarecer a população sobre a importância da anistia e da participação, já que aquela somente se concretizaria pela luta, pela mobilização. A anistia, considerada

¹ “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia.” Documento elaborado pelo grupo de mulheres que criou o MFPA. Marco, 1975.

² 1975 foi considerado pela ONU como Ano Internacional da Mulher, comemorado com o Congresso Internacional das Mulheres, realizado no México, de 19 a 27 de junho de 1975. Objetivava-se estimular a participação política da mulher para a efetivação da Liberdade, da Igualdade e da Paz.



uma bandeira dos Direitos Humanos, tinha como objetivo a união da nação para que a liberdade, a justiça e a paz fossem conquistadas.

Na Argentina, o aumento dos casos de vítimas desaparecidas³, após a instalação da ditadura militar em 1976, intensificou a peregrinação de mães e familiares ao Ministério do Interior, à polícia e aos organismos de direitos humanos. A falta de respostas satisfatórias das autoridades e de sintonia com os movimentos de denúncia motivou Azucena Villaflor de Vicenti a propor a um grupo de mães um encontro na Praça de Maio, em Buenos Aires, no dia 30 de abril de 1977. Elas elaboraram um abaixo-assinado em que pediam “a verdade”, como a única maneira de “saber se os seus filhos estão vivos ou mortos e onde estão?”⁴.

O longo processo de busca dos filhos permitiu ao grupo de mães obter indícios sobre os métodos empregados pelo aparato repressor. Essas pistas acompanhadas pelo silêncio do governo militar motivaram as Mães da Praça de Maio (MPM) a exigirem novamente *la verdad*. Contudo, como salienta Ulises Gorini, essa “verdade” era distinta da pretendida nos anos iniciais da luta, já que ela consistia em “reconstruir a sequência detenção – cativeiro clandestino – tortura” (GORINI, 2006, p.310), uma abordagem que permitia compreender os desaparecimentos como parte integrante do método de repressão, implicando, assim, o uso do termo preso-desaparecido⁵, em vez de apenas desaparecido, e a cobrança de responsabilidades do Estado.

Esses dois movimentos de mulheres construíram uma identidade por meio da qual se diferenciavam e se distinguiam de outros grupos sociais. Identidades resultam de situações de confronto e comparações com o outro. Elas são construídas a partir das relações, existindo somente quando há outra identidade para se opor. Ao tratar de identidade nos movimentos sociais, estamos nos referindo a um processo que envolve tanto à identificação de seus participantes a mesma causa como ao fato dessa causa representar resistência a uma lógica de dominação.

O estudo sobre identidade em um movimento social acabou se transformando num dos aspectos mais analisados pelos pesquisadores e teóricos que se dedicam ao estudo desse fenômeno. A fim de não comprometer o exame desse aspecto a uma simples busca pela unidade, Alberto Melucci (2001) observa que esta em si não deve ser o foco da análise, mas o modo como ela se constitui, o modo pelo qual a

³ Os desaparecimentos começaram antes do golpe de Estado, entre 1974 e 1975, com a Aliança Argentina Anticomunista (AAA) ou Triple A e forças policiais convocadas para “liquidar” grupos armados, como Montoneros (“Exército de Perón”) e o Exército Revolucionário do Povo (ERP).

⁴ Essa solicitada foi publicada em 5 de outubro de 1977, no jornal *La Prensa*. Cf. GORINI, Ulises. *La rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 122.

⁵ O uso do adjetivo *detenido* revela que a pessoa não desapareceu por acaso, mas foi, primeiramente, detida pelos agentes de segurança e levada por eles. A detenção indicava o Estado como responsável do destino da pessoa sob sua guarda.

“pluralidade de orientações, significados e relações convergem para o mesmo fenômeno” (MELUCCI, 2001, p.32). A ênfase desse autor para a formação da unidade do movimento social – não a considerando como algo já definido – é consequência do seu entendimento sobre movimento social: “um sistema de ações que expressa um conflito e que implica a ruptura do sistema de referência à qual a ação se refere.” (MELUCCI, 2001, p.35).

Focando nos movimentos sociais surgidos no Brasil a partir de 1978, Eder Sader (1988) defende a importância de analisá-los por meio dos “processos de atribuição de significados” (SADER, 1988, p.43) o que implica compreender o modo como os movimentos sociais orientam as suas ações, os valores que defendem, a maneira pela qual dão sentido à existência do grupo e como as experiências vividas são reinterpretadas constituindo “representações que se tornam formas pelos quais o grupo se identifica e reconhece seus objetivos” (SADER, 1988, p. 44). Nessa perspectiva, a análise se concentra no mundo de significados que cada movimento social é capaz de criar, mudar e reconstruir através dos discursos e de matrizes discursivas. O movimento social, por isso, é um “sujeito coletivo” (SADER, 1988, p.55) que elabora uma identidade e organiza práticas através das quais os partícipes defendem seus interesses.

Nos dois casos em estudo, o MFPA e as MPM surgiram na década de 1970 durante as ditaduras no Brasil e na Argentina. Iniciariam seus percursos denunciando as violações cometidas pelos Estados e ao longo de suas trajetórias passaram do questionamento à luta pelo fim de um regime autoritário. No entanto, apesar dessas semelhanças, são observadas diferenças entre esses dois movimentos de mulheres, indicando que a formação dessa identidade foi construída a partir de relações com a ditadura instalada, bem como, como com o conjunto de valores e atributos culturais das sociedades argentinas e brasileiras.

Partimos, assim, para análise de algumas dessas diferenças.

Cidadania e Maternidade

As participantes do Movimento Feminino pela Anistia, principalmente as que ocupavam os cargos de direção dos núcleos e da coordenação nacional, eram mulheres com formação acadêmica, bem-sucedidas profissionalmente e reconhecidas em suas áreas de atuação. O núcleo fundador desse Movimento era composto, além de Therezinha Zerbine, por madre Cristina Sodré Dória, Neusa Cunha Neto Franco, socióloga; Margarida Naves Fernandes, pedagoga; Yara Peres Santestevam, Virgínia Lemos de Vasconcelos, Eugênia Cristina Godoy de Jesus e Aldenora Sá de Porto. Era um grupo heterogêneo que comportava jovens, senhoras, universitárias e profissionais liberais pertencentes às classes média e alta. Muitas delas, como a própria Therezinha Zerbine, dispunham de uma rede de contato montada desde 1968, com entidades estudantis, profissionais (advogados, jornalistas) e com figuras importantes no



cenário político e social, como políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), entidades como Ordem dos Advogados no Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), dos Diretórios Centrais de Estudantes e de personalidades, como dom Paulo Evaristo Arns, Alceu Amoroso Lima e Barbosa Lima Sobrinho e membros da Igreja Católica. Essa posição ajudou na conformação de alianças e, claro, na maior visibilidade das atividades da organização, que pôde divulgá-las em espaços privilegiados, como as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional.

As Mães da Praça de Maio eram compostas, majoritariamente, por mães cujos filhos foram presos e desaparecidos pelos órgãos da repressão. Azucena Villaflor de De Vicenti, Maria Adela Gard de Antokoletz, María Ponce de Bianco, Beatriz Aicardi de Neuhaus e María del Rosario Carballeda Cerruti compunham o grupo de 14 mulheres que elegeram o dia 30 de abril de 1977, um sábado, para realizar na Praça de Maio o reclamo pelos filhos desaparecidos. A partir dessa data, seguida por mudanças do dia dos encontros, para às quintas-feiras, mais mulheres se aderiram ao grupo. Dentre elas, estavam mães que se tornariam fundamentais para a constituição e a consolidação do movimento, como Hebe Pastor de Bonafini, Nora de Cortiñas, María Esther de Careaga, Juana Meller de Pargament e Angélica Sosa Mignone.

A maternidade e o tipo de vínculo com as vítimas eram os elementos que possuíam em comum, uma vez que nesse grupo constavam donas de casa, costureiras e secretárias pertencentes às famílias de trabalhadores e da classe média. Mulheres que viveram em um contexto caracterizado pela ascensão de duas forças político-partidárias, o radicalismo e o peronismo, entre as décadas de 1920 e 1970, e pela hegemonia da Igreja Católica. Durante a ditadura militar aquelas duas forças políticas foram praticamente anuladas por meio do cerceamento dos canais de participação política e do Congresso. Enquanto membros da alta cúpula da Igreja Católica, ratificavam as ações da Junta Militar, não denunciando a existência de desaparecidos e de centros clandestinos de detenção (MIGNONE, 1986, p.42) chegando muitos deles a participar inclusive de sessões de tortura.

O terror imposto à sociedade pela repressão, o fechamento de canais de participação e ausência de solidariedade do alto clero foram alguns dos fatores que prejudicaram o grupo a tecer uma rede ampla composta de entidades e de personalidades locais que pudessem oferecer-lhes apoio durante os primeiros anos de formação⁶.

No entanto, aproveitando da influência dessa mesma Igreja, as mulheres do Movimento participavam das marchas religiosas, reuniam-se em algumas igrejas e paróquias, utilizavam a reza para

⁶ A solidariedade veio do exterior, a partir de 1978, de grupos de ajuda localizados na França e na Holanda e de argentinos exilados que passaram a organizar os comitês de denúncias contra as violações cometidas na terra natal.

escapar das investidas dos policiais e para passar os dados dos próximos encontros às outras mães e adotavam o prego de Cristo⁷, preso em suas roupas, para se identificarem. A incorporação de apelações religiosas, principalmente católicas, em suas lutas e em seus discursos foi a forma escolhida pelas Mães da Praça de Maio para, ao mesmo tempo, diferenciar-se dos outros movimentos de direitos humanos que se destacavam pela atitude laica e aproveitar o poderio da Igreja Católica, manifestado em suas grandiosas marchas e símbolos, para elas levarem as reivindicações das Mães para a sociedade argentina.

Organizados e compostos por mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio elegeram de que maneira suas integrantes deveriam ser vistas e reconhecidas. Uma forma que lhes permitia, ao mesmo tempo, negar um sistema de referência imposto pelos regimes autoritários em relação ao papel das mulheres e definir suas identidades diante de outras entidades. Assim, as componentes do Movimento Feminino pela Anistia se caracterizavam como cidadãs, ou seja, mulheres interessadas pelos problemas sociopolíticos do País e dispostas a lutar pela anistia. A ênfase no papel de cidadã estava ligada às comemorações do Ano Internacional da Mulher, em 1975, consagrado pelas Nações Unidas que proclamaram ainda o período entre 1976 e 1985 como o Decênio para a Mulher na luta pela igualdade de gênero e pelos direitos. A escolha da condição de “cidadã” se deve também ao fato de a cidadania plena ter sido negada pela própria ditadura brasileira, que cerceava homens e mulheres de lutarem pelos seus direitos através da participação.

Para as Mães da Praça de Maio, a maternidade era um dos pontos fundamentais que unia suas componentes. Afirmar-se como mães que buscavam seus filhos desaparecidos correspondia a travar uma luta contra a representação construída pela ditadura: “as mães de terroristas”, de pessoas pertencentes à esquerda armada e de grupos taxados como subversivos. Explorando as ideias implícitas à palavra mãe, como altruísmo e proteção, essas mulheres passaram a surgir no cenário argentino como mães de todas as pessoas desaparecidas, vítimas da violência de um Estado autoritário. Ao falar de filhos, esse grupo de mulheres camuflava a identidade daqueles, homogeneizando suas condições de filho no lugar da identidade de militantes de grupos como Montoneros e o Exército Revolucionário do Povo.

No entanto, mesmo que o Movimento Feminino pela Anistia tenha priorizado a condição de “cidadã” e as Mães da Praça de Maio a de “mãe”, as duas entidades buscaram concepções construídas e ditadas pelo homem para o mundo feminino, como solidariedade e amor, para legitimar e impulsionar suas ações. Ao longo da trajetória desses grupos, essas palavras e noções ligadas àquele mundo feminino

⁷ Antes de adotarem o lenço branco, o grupo utilizava o prego de Cristo. Esse prego significava na simbologia católica estar unido a Cristo em sua dor, o que ao ser usado pelas mães significava estabelecer uma relação entre o sofrimento de Cristo ao ser crucificado e a aflição pela qual estavam passando devido ao desaparecimento dos filhos.

não deixaram de ser usadas. Mas elas se tornaram argumentações frágeis, vazias, pois não conseguiam corresponder às transformações pelas quais ambos os grupos foram passando (ampliação do trabalho, aumento no número de integrantes, ação política) nem, tampouco, firmar os seus posicionamentos diante de uma nova configuração política e social marcada pelo desgaste da ditadura e pelo avanço da oposição.

A pomba e o lenço

Os objetos, os desenhos e as marcas elaborados por esses grupos de mulheres expressavam e confirmavam as identidades a serem valorizadas. Como referência entre os membros e como uma forma de comunicação entre o grupo e a sociedade, eles exerciam a tarefa de representar, ou seja, “de fazer presente aquilo que está ausente ou de re-apresentar uma presença” (FALCON, 2000, p.46).

Nesse sentido, as fraldas⁸ e posteriormente os lenços brancos amarrados na cabeça representavam as Mães da Praça de Maio, porque era por meio desse objeto que as mães simbolizavam o elo entre elas e seus filhos. Como sugere Inés Vásquez (2002), a utilização da fralda como um lenço remetia à infância dos filhos, à tentativa de regressar no tempo para proporcionar a eles toda a proteção e vigilância que tiveram de suas mães naquele período. E, também, para mostrar que elas, mães, continuariam zelando por eles do mesmo modo que fizeram quando eram crianças. Quando a fralda foi substituída por um lenço, rompeu-se com a imagem infantil dos filhos a favor da juventude, fase da vida em que muitos deles estavam quando desapareceram. A opção pela cor branca no lenço ligava-se ao desaparecimento, à ausência, à incerteza e à falta de informação sobre a situação dos parentes desaparecidos.

Posteriormente, o fato de as mães se conscientizarem de que os desaparecimentos eram como uma peça chave na lógica da ditadura, fez com que se instaurasse no Movimento a exigência pelo desmonte do aparato repressor e pela identificação dos responsáveis pelas violações. Nesse momento, o branco no lenço cedeu espaço a linhas negras por meio das quais foram traçadas letras que compuseram o nome dos filhos e as datas em que eles desapareceram. Como um modo de identificar os que foram vítimas da violência da ditadura, o lenço⁹ se tornou um símbolo de resgate da memória, bem como um símbolo de luta por justiça e verdade.

⁸ O uso da fralda como um lenço foi proposta por Eva Castillo Obarrio para que elas pudessem se identificar na Marcha a Luján.

⁹ Em 1986, o lenço foi usado para estampar a marca de uma fratura. Divergências internas entre as integrantes em torno das exumações e identificação de cadáveres e da indenização paga pelo Estado à família do desaparecido provocaram a divisão do movimento. Com a inscrição da frase “Aparição com vida” escrita no lenço, a Associação Mães da Praça de Maio mostrava a sua oposição às exumações, entendidas como uma aceitação de uma morte que não teve sua causa investigada nem seus culpados punidos. As que mantiveram o nome de SEUS filhos gravados em seus lenços integravam as Mães da Praça de Maio – Linha Fundadora. Esse grupo, além de continuar a luta para que fossem identificados e julgados os culpados, aceitava as

O desenho de uma pomba branca, emblema mundial da paz, tendo em seu peito as letras MFPA, passou a representar o Movimento Feminino pela Anistia. A escolha da pomba reiterava o compromisso e o trabalho que o grupo tinha com a paz ao defender a anistia e com o projeto edificado pelas Nações Unidas no Congresso Internacional das Mulheres realizado no México no ano de 1975. Nesse Congresso, a ONU elegeu a paz, a liberdade e igualdade como temas fundamentais e propôs um plano de ação mundial para que fossem concretizadas medidas para a igualdade de direitos da mulher. O projeto lançado tinha como objetivo garantir a “maior participação feminina no processo de decisão política e no desenvolvimento nacional”. (TABAK, 1983, p.115).

Das temáticas defendidas pelo organismo internacional, Therezinha Zerbine escolheu a paz e ao longo de seu discurso na Tribuna Livre do Congresso a associou à anistia, posta como um ato fundamental para conduzir a liberdade e fortalecer a união. Alertou que a anistia “desarmaria os espíritos, promovendo a concórdia e a liberdade política, cultural e econômica em cada nação” (ZERBINE, 1979, p.28) que possuía presos políticos. Desse modo, a escolha da pomba para simbolizar o Movimento Feminino pela Anistia servia não apenas para evidenciar que o grupo lutava pela paz, mas para defender que anistia era o meio pelo qual a paz seria conquistada e que essa luta era legítima, uma vez que foi respaldada por um organismo internacional que reconhecia a importância do papel da mulher na participação política e na obtenção da paz.

Os núcleos e a Praça

Criados fora dos canais institucionais, as Mães da Praça de Maio e o Movimento Feminino pela Anistia elaboraram maneiras não convencionais de participação e empregaram a mobilização e a pressão como recursos fundamentais para a eficácia de suas ações. A ação direta foi uma marca comum dessas duas experiências, correspondendo ambas numa “participação de movimento que se caracteriza pelo uso da mobilização, da lógica consensual-solidarística e de valores ético-morais em substituição aos conceitos políticos” (DOIMO, 1995, p.59).

Assim, caminhar ao redor da Pirâmide na Praça de Maio e empunhar cartazes com as fotos dos filhos desaparecidos constituíram uma das formas centrais de organização e protesto das Mães da Praça de Maio. Os abaixo-assinados, a participação em eventos promovidos por entidades profissionais e a

exumações e as indenizações por considerá-las, também, um modo em que o Estado reconhecia a responsabilidade pelos crimes de violações.



formação de núcleos em vários estados do Brasil conformaram o estilo do Movimento Feminino pela Anistia, por meio do qual conseguiam apoio e novas adesões.

A Praça de Maio foi o local escolhido pelas mães argentinas. Apropriaram-se desse lugar público, protegido pelas forças policiais e pela ditadura, que impediam qualquer tipo de reunião ou manifestação. Foi na Praça de Maio, epicentro dos acontecimentos mais importantes da história argentina e não em outra qualquer praça que as mães argentinas marcaram a resistência aberta e frontal à ditadura. Sem dúvida, as Mães se apropriaram da Praça e nesse local se agruparam de forma diferente, sem a burocracia ou outro tipo de mediação que existia nos escritórios dos movimentos de direitos humanos. Essa aproximação entre elas foi fundamental. Dessa permanência e apropriação da Praça de Maio estão uma das diferenças entre esse grupo de mulheres¹⁰ e os demais movimento de direitos humanos existentes na Argentina.

As dezenas de núcleos espalhados pelos capitais brasileiras foram os locais de trabalho do Movimento Feminino pela Anistia. A conquista desses espaços em diferentes pontos do país, desde Fortaleza até Porto Alegre, evidenciam o avanço da mobilização pela anistia. Uma expansão que foi beneficiada não somente pelo contexto marcado pelo crescimento da oposição à ditadura, mas também, por como o movimento se estruturou a partir de grupos regionais que permitiram a integração de mulheres em torno de uma base local e próxima a elas. Apesar de as diretrizes principais partirem da sede nacional, as mulheres, congregadas em seus núcleos, puderam participar, decidindo e discutindo as propostas de ação e como essas seriam aplicadas em âmbito regional. Nesses locais fechados, as integrantes elaboravam os manifestos, angariavam doações, apoiavam os familiares e as vítimas e organizavam suas visitas aos presídios. A rua foi tomada anos depois, quando a campanha pela anistia, a partir de 1978, mobilizou parte da sociedade, ocupou os espaços públicos, empunhando cartazes e faixas pelo fim da ditadura.

Anistia e Justiça

A anistia ampla e restrita aos atingidos pela repressão era o principal objetivo do Movimento Feminino pela Anistia. A descoberta do paradeiro dos desaparecidos e a justiça impulsionaram a luta das Mães da Praça de Maio. A anistia no Brasil e a Justiça na Argentina se tornaram as bandeiras dos direitos

¹⁰ As Mães da Praça de Maio passaram a ter sede própria em 1980, um ano depois de sua legalização como entidade civil, em decorrência do auxílio financeiro dado pelo grupo de apoio da Holanda.



humanos desses países ainda durante os regimes militares. Trataram de ser o modo como os discursos dos direitos humanos foram apropriados em cenários locais.

Como observam Roniger e Sznajder (2004), foi por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que a temática direitos humanos ganha amplitude internacional. Essa internacionalização, no entanto, ganha apelo somente a partir da década de 1970, quando se seguiu uma série de acordos e pactos internacionais. A Ordem dos Estados Americanos (OEA) por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, um dos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos passou a atuar na região, visitando inclusive, em 1979, a Argentina sob a repressão da Junta Militar.

A monitoração das violações dos direitos humanos numa escala mundial e regional, a conformação e a organização de movimentos que promoviam um discurso de direitos humanos foram fundamentais para o reconhecimento local para a importância da dignidade e dos direitos do ser humano. No entanto, o status ascendente dessa ideia no Cone Sul da América resultou de mudanças. Dentre elas, “de uma linguagem que ancorada nas experiências internas e princípios internacionais serviu para expressar a necessidade de (re) construir as instituições e a identidade coletiva da sociedade”. (RONIGER; SZNAJDER, 2004, p.43).

Os movimentos de mulheres protagonizaram a construção desse discurso, apontando e transformando a causa principal de suas lutas como bandeiras principais dos direitos humanos. O Movimento Feminino pela Anistia situou a anistia no campo dos direitos humanos, argumento que anistia possibilitava o direito à liberdade e à vida de presos políticos e exilados brasileiros. E as Mães da Praça de Maio sustentava a justiça como forma de condenar os violadores dos direitos à vida, à liberdade, à segurança e à dignidade humana.

Considerações Finais

O contexto sociopolítico exerceu um papel fundamental na constituição do Movimento Feminino pela Anistia e das Mães da Praça de Maio. Os métodos utilizados pela repressão, o grau de institucionalização desse aparato e a relação desse Estado ditatorial para com a sociedade marcaram as decisões das participantes acerca dos principais objetivos que buscavam, dos recursos a serem empregados e das articulações a serem seladas com outros organismos e setores sociais.

Considerar os fatores externos não significa privilegiá-los em detrimento da autonomia dos grupos em relação às suas próprias ações. As formas organizativas, os processos de mobilização, os símbolos adotados, os modos de comunicação e os significados que orientam o comportamento e a identidade de



um movimento social são construídos através da integração de experiências e do compartilhamento de expectativas entre os seus integrantes. Seus atos são mais do que uma reação a um conjunto de referências, uma vez que podem introduzir modificações nas relações de poder e nas ordens sociais.

No Brasil, a luta pela Anistia impulsionada pelo Movimento Feminino pela Anistia articulou as forças oposicionistas, colocou na cena pública temas como direito e participação e desencadeou um processo político diferente do que havia sido planejado pelo regime ditatorial. Na Argentina, a busca pelos paradeiros dos filhos realizada pelas Mães da Praça de Maio tornou o problema dos desaparecidos um problema político para a ditadura e para o regime democrático, uma vez que a justiça, ou seja, a condenação dos responsáveis pelas violações passou a ser considerada como a ruptura com o ciclo de impunidade e autoritarismo, o elemento fundamental para a construção do Estado Democrático de Direito naquele país.

Referências Bibliográficas

- DOIMO, Ana Maria. *A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.
- FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.
- GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.
- MIGNONE, Emílio Fermin. *Iglesia y dictadura: el papel de la iglesia a la luz de SUS relaciones con el régimen militar*. 4ed. Buenos Aires: Editora del Pensamiento Nacional, 1986.
- LUNA, Lola G. Mujeres y movimientos sociales. In: MORANT, Isabel (dir.). *Historia de las mujeres em España y América Latina*. V.4. Del siglo XX a los umbrales del XXI. 2.ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2008, p. 653-675.
- MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOLYNEUX, Maxime. *Movimientos de Mujeres en América Latina: estudio comparado*. 1ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2003.
- RONIGER, Luis; SZNAJDER, Mario. *O legado de violações dos direitos humanos no Cone Sul: Argentina, Chile e Uruguai. Tradução: Margarida Goldsztajn*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 115.
- VÁZQUEZ, Inés. *Argentina: viaje al interior del pañuelo blanco*. Nota escrita para a revista *Las Locas*, publicada pela editora Associação Madres de Plaza de Mayo, 2002. Disponível em: <http://www.rebellion.org/hemeroteca/sociales/vazquez070402.htm>. Acesso em: 12/03/2013.
- ZERBINE, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979